

1 **Ata da 167ª. Reunião Ordinária do CMDES, realizada em 23 de maio de 2019.**

2

3 Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e dezenove, com início às oito  
4 horas e trinta minutos na Sala 22 da Secretaria de Desenvolvimento Econômico,  
5 Trabalho, Turismo e Renda realizou-se a centésima sexagésima sétima (167ª)  
6 reunião Ordinária do CMDES – Conselho Municipal de Desenvolvimento  
7 Econômico e Social. **Ausência com justificativa:** Alexandre Martins (SEBRAE),  
8 Rodrigo Buzin Siqueira do Amaral (SENAC), Marcelo Regalado (SEFAZ),  
9 Roberto Lorenzetti (SBT), Thais Pavlovsky (Vanguarda), Luiz Gustavo Meiken  
10 (Assoc. Comercial), Sérgio Marcondes de Oliveira (Assoc. Comercial), Carlos  
11 Vitório Zaim (CIESP), Mario Kajuhico Tanigawa (CIESP), Francisco Carlos Ribeiro  
12 (FATEC), Hugo Estevam (USABS), Pedro Menezini de Moraes (Sind. Rural),  
13 Carla Giuliani (CORECON); **Ausência sem justificativa:** Milton Carlos Sanches  
14 (Sindicato dos Trabalhadores), Francisco Belírio da Silva (Sindicato dos  
15 Trabalhadores), Luiz Antonio Marcello (Sind. Rural), Pedro Miguel Rebelo  
16 Resende (UNESP), Elias Stefan Júnior (SINDUSCON), José Fernando Alonso  
17 (SINDUSCON), Jefferson Feitosa Ghno (USABS), Vanessa Cristina Cechinato  
18 (SEMA), Gláucio Ouchar (SEMA), Alairton José Cabral (CORECON); **Membros**  
19 **presentes:** Erly Domingues de Syllos (Presidente), Jocilei Oliveira (Vice  
20 Presidente), Robson Coivo (SEDETER), Helenir Lima (SEDETER), Emerson  
21 Cañas (SEFAZ), Ivan Flores (COMTUR), Julio Cesar Martins (SENAI), José  
22 Raimundo da Silva (SETECARSO), Carmen Valéria Horn (SENAC, representando  
23 Rodrigo Buzin). Inicia-se a reunião com o Sr. Erly agradecendo a presença de  
24 todos e logo após pergunta se receberam a ata e se a mesma pode ser aprovada.  
25 Após aprovação unânime do conselho, passa a palavra à Sra. Helenir que inicia a  
26 leitura e explanação do Fluxo de Atendimento Empresarial, referentes as etapas  
27 burocráticas para implantação industrial. Nesse mapeamento é demonstrado  
28 etapas correspondentes à Prefeitura, CETESB, Vigilância Sanitária, Bombeiros,  
29 INSS, CPFL. Durante a explanação das etapas o Sr. Emerson explica brevemente  
30 quando uma empresa pode procurar a SEMA ou CETESB para a Licença Prévia

31 e como funcionam os processos dentro da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA)  
32 e o papel da Licença Ambiental, e há, também, um questionamento de como é  
33 efetuada a cobrança da área, pela SEMA, em que a empresa está instalada, se  
34 pela área total ou pela área construída. Pela CETESB, a licença prévia e a licença  
35 de instalação podem ser obtidas com períodos bem próximos ou até mesmo  
36 juntas, sendo apenas depois sendo expedida a licença de operação. Em seguida,  
37 a Sra. Helenir inicia a explicação sobre como funciona do Fluxo de Atendimento  
38 Empresarial dentro da Prefeitura de Sorocaba. De forma resumida segue o  
39 apresentado na reunião. A partir do momento em que a empresa decide pela  
40 cidade de Sorocaba, ela se dirige até a prefeitura e solicita certidão de uso do  
41 solo e viabilidade na Secretaria de Planejamento (SEPLAN), próximo passo é a  
42 Licença Ambiental que pode ser obtida ou na CETESB ou na SEMA. O processo  
43 volta a SEPLAN, para análise na Divisão de Licenciamento e Controle (DLCON),  
44 caso o processo esteja em ordem seguirá para o Setor de Topografia (STOP) e o  
45 Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança  
46 (RIV) será realizado na Divisão de Uso do Solo (DPUS), e os próximos passos  
47 são: sobre água e esgoto no SAAE, análise do projeto viário pela URBES,  
48 voltando à SEMA para análise ambiental seguindo para a Vigilância Sanitária  
49 (VISA) que fará o Laudo Técnico de Avaliação (LTA) e também analisará o  
50 processo e fará visita ao local e emitindo a licença se estiver tudo em ordem. Na  
51 SEPLAN, também será expedida a Licença de Obras, caso o projeto da empresa  
52 esteja tudo certo após a conclusão da obra ocorre uma última fiscalização e se a  
53 obra estiver como especificada no projeto é emitida a Certidão de Conclusão da  
54 Obra.

55 A empresa também necessita procurar outros órgãos (privados ou públicos) tais  
56 como CPFL, para ligação de energia, Corpo de Bombeiros, para Auto de Vistoria  
57 do Corpo de Bombeiros (AVCB).

58 Concluindo, para que a empresa obtenha o Alvará de Funcionamento é  
59 necessário que a mesma possua AVCB, Licença de Operação, Certidão de

60 Conclusão da Obra, Alvará de produtos químicos controlados (se necessário),  
61 LTA (VISA) e Inscrição Municipal.

62 Há uma ideia proposta por um conselheiro de dividir o processo dentro da  
63 Prefeitura para agilizar sua aprovação ou correção. A Sra. Helenir, então, introduz  
64 o GAPE (Grupo de Análise Conjunta de Projetos Especiais) aos conselheiros  
65 presentes. O projeto GAPE consistirá de cada secretaria responsável por algum  
66 tipo de aprovação designará um servidor para fazer parte deste grupo que  
67 analisará em conjunto o projeto de instalação de uma empresa. A empresa  
68 interessada apresentará o projeto aos membros deste grupo para consulta-los se  
69 está em ordem ou se mudanças serão necessárias e quando ele protocolar o  
70 projeto na Prefeitura, o mesmo já deverá estar de acordo com normas e leis.

71 Quando o projeto físico estiver protocolado ele será distribuído aos membros do  
72 GAPE e se necessário também poderão ser distribuídas cópias digitais. Também  
73 será necessário autuar o projeto na SELC para torna-lo um processo  
74 administrativo (PA) para que possam seguir com os trâmites legais. O Prazo para  
75 isso será de 01 dia útil. No 2º dia útil o processo será distribuído para avaliação do  
76 grupo e no 7º dia útil ocorrerá a elaboração de pauta para reunião pela empresa  
77 que acontecerá na segunda-feira subsequente e o GAPE deverá ter em mãos  
78 prévia do projeto indicando ou não a aprovação. Se, após a reunião, o projeto  
79 estiver em ordem, até o 30º dia útil, será emitido um parecer conjunto que  
80 possibilita o funcionamento da empresa, caso contrário será emitido um  
81 comunique-se conjunto das secretarias para a empresa informando-a das  
82 correções que se fazem obrigatórios. Os conselheiros juntamente com o  
83 Secretário Robson Coivo levantam questões sobre os membros que participarão  
84 do GAPE tais como: “Poderá ser chamado o engenheiro responsável para  
85 participar?” enquanto a Sra. Helenir prontamente vai sanando as dúvidas  
86 apresentadas durante a reunião mencionando que poderão ser convidados  
87 servidores e pessoas privadas com responsabilidades sobre os projetos mesmo  
88 que esses não façam parte do quadro de membros.

89 A Sra. Helenir também realizou a leitura da Minuta do Decreto a ser enviado ao  
90 Sr. Prefeito que dispõe a criação do Grupo de Análise Conjunta de Projetos  
91 Especiais (GAPE).

92 Outro ponto discutido foi a comunicação de feiras e eventos ao CMDES. A  
93 empresa mencionada na reunião não necessitará comunicar ao egrégio conselho,  
94 exceção quando a área a ser realizado o evento não for licenciada para tal. A Sra.  
95 Helenir também mencionou sobre a realização de um estudo com a participação  
96 do Corpo de Bombeiros e das secretarias SEFAZ e SEPLAN para reformular a  
97 TFIF (Taxa de Fiscalização de Instalação e Funcionamento) de acordo com a  
98 atividade executada e torna-la mais abrangente.

99 É mencionado que uma lei de autoria do Sr. vereador Péricles Régis obriga os  
100 conselhos municipais a ter seus atos publicados online. É questionado quais  
101 documentos serão publicados.

102 Sorocaba foi reconhecida como Polo de Desenvolvimento do estado de São  
103 Paulo. Uma equipe da SEDETER foi até São Paulo para assistir ao lançamento  
104 do programa que contemplará Sorocaba e outras cidades do estado. No governo  
105 do estado quem coordenará o programa será a mesma equipe responsável pelos  
106 Arranjos Produtivos Locais (APLs).

107 A Sra. Helenir também comentou sobre a última reunião do Conselho Municipal  
108 de Ciência, Tecnologia e Inovação (CMCTI) na Universidade de Sorocaba  
109 (UNISO), o motivo da criação desse conselho e brevemente a história do mesmo.  
110 Aproveitou o momento para convidar os ilustres membros do CMDES para  
111 participarem como ouvintes.

112 Nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Erly agradeceu a presença de todos e a  
113 Sra. Helenir Lima solicitou a mim, Sergio Chagas, que redigisse a presente ata.